

# POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL: DIFERENTES FACES, DIFERENTES REALIDADES

*MULTIDIMENSIONAL POVERTY IN BRAZIL: DIFFERENT FACES,  
DIFFERENT REALITIES*

## AUTORIA

Kalid Ahmad Yusuf  
UFV, Brasil  
kalid.yusuf@ufv.br  
Lorena Vieira Costa  
UFV, Brasil  
lorena.costa@ufv.br

## PALAVRAS-CHAVE

Pobreza multidimensional;  
Desigualdades regionais;  
Características demográficas;

## KEY WORDS

Multidimensional poverty ;  
Regional inequalities;  
Demographic characteristics.

## JEL CODE

I32; J15; J16.

## ÁREA

Área 5 – Economia Social e do  
Trabalho e Demografia

## RESUMO

Este estudo buscou medir e avaliar a evolução da pobreza multidimensional no Brasil entre 2016 e 2022, considerando diferenças regionais e perfis populacionais. O objetivo foi identificar grupos mais vulneráveis a partir de características territoriais e demográficas, ampliando a compreensão sobre desigualdades persistentes. Para isso, utilizou-se a PNAD Contínua e a metodologia do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que combina dimensões de padrão de vida, educação e saúde com a insuficiência de renda. Os resultados revelaram uma redução gradual tanto na incidência da pobreza multidimensional quanto na proporção de extrema pobreza ao longo do período. Contudo, essa melhora não se distribuiu de forma homogênea e oculta desigualdades marcantes. A pobreza no país mostrou-se especialmente concentrada entre mulheres, pessoas negras, moradores de áreas rurais e residentes das regiões Norte e Nordeste, reforçando o caráter estrutural das disparidades sociais e a necessidade de políticas específicas para enfrentá-las.

## ABSTRACT

This study aimed to measure and assess the evolution of multidimensional poverty in Brazil between 2016 and 2022, accounting for regional differences and population profiles. The goal was to identify the most vulnerable groups based on territorial and demographic characteristics, thereby broadening the understanding of persistent inequalities. For this purpose, we used data from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua) and the Multidimensional Poverty Index (MPI), which combines living standards, education, and health dimensions with income insufficiency. The findings indicate a gradual reduction in both multidimensional poverty incidence and extreme poverty rates over the period analyzed. However, this progress was unevenly distributed and conceals deep regional and demographic disparities. Poverty in Brazil was found to be predominantly concentrated among women, Black individuals, rural residents, and populations in the North and Northeast regions, highlighting the structural nature of social inequalities and the need for targeted policies to address them.



This paper is Distributed Under  
the Terms of the Creative  
Commons Attribution 4.0  
International License

Anais da Semana do Economista da Universidade Estadual de Maringá, vol.1, 2025  
ISSN 3086-0385 (online) disponível em <https://dco.uem.br/anais>

## 1 INTRODUÇÃO

Erradicar a pobreza, combater a fome e promover saúde e bem-estar para todos, se destacam dentre os principais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, atingir tais objetivos tem se mostrado uma tarefa árdua e complexa. Segundo dados da ONU para o ano de 2022, aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas distribuídas em 111 países em desenvolvimento se encontram em situação de pobreza multidimensional. Esse resultado é ainda mais expressivo quando comparado com as 719 milhões de pessoas que sobrevivem abaixo do limiar internacional de pobreza (US\$ 2,15 por dia), uma medida convencional de pobreza adotada pelo Banco Mundial baseada exclusivamente em variáveis monetárias.

Ainda, de acordo com World Bank (2022a) aproximadamente 39% dos indivíduos multidimensionalmente pobres não são capturados pela métrica de pobreza monetária, uma vez que suas privações são derivadas exclusivamente de dimensões não monetárias, como educação ou serviços de infraestrutura básica. Tais resultados levam a uma das principais divergências observadas na literatura sobre pobreza, qual seja, a forma de se identificar os indivíduos como pobres ou não pobres.

A diferença observada entre o montante de pessoas identificadas como pobres segundo a perspectiva multidimensional *versus* conforme a linha de pobreza do Banco Mundial, advém da métrica adotada para se mensurar a pobreza em cada um dos casos. A abordagem multidimensional leva em consideração aspectos que vão além da renda que os indivíduos auferem, identificando um maior número de privações, tais como acesso a condições básicas de moradia e alimentação, acesso à educação de qualidade, acesso a serviços de saneamento básico e saúde, entre outros recursos essenciais para uma vida digna e saudável. Assim, a abordagem multidimensional se destaca como forma mais completa de se mensurar a pobreza, contemplando várias dimensões da vida das pessoas na análise, enquanto a perspectiva exclusivamente monetária leva em consideração apenas um limiar mínimo de renda para classificar os indivíduos como pobres ou não pobres (ALKIRE *et al.*, 2022).

Estudos baseados em variáveis monetárias identificam como pobres aqueles que não atingem um nível mínimo de renda capaz de satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência. De acordo com Barros, Carvalho e Franco (2006), a justificativa para o uso de linhas de pobreza monetárias parte do pressuposto de que os indivíduos para terem acesso aos bens e serviços necessários ao seu bem-estar precisam participar de mercados em uma economia e, para tal, é essencial que possuam recursos monetários, tornando a insuficiência de renda um dos principais indicadores de carência ao longo do tempo.

Entretanto, que fatores explicam a insuficiência de renda dos indivíduos identificados como pobres? O que faz com que determinada pessoa adquira renda suficiente para ultrapassar o limiar da pobreza monetária? De acordo com Blundell *et al.* (1999) e Uhr *et al.* (2020) o capital humano é um fator fundamental para a capacidade de geração de renda das famílias e, por consequência, um ativo essencial para o crescimento econômico de um país.

Nesse sentido, segundo World Bank (2022b), o capital humano é formado a partir do conhecimento adquirido através da educação e pelas habilidades e status de



saúde acumulados ao longo da vida. Ademais, a condição de saúde das pessoas também está relacionada a outras dimensões de suas vidas, tais como acesso a distribuição de água, saneamento básico adequado, alimentação balanceada, entre outras características da habitação. Outro ponto a ser destacado é o fato de que quanto menor o nível de instrução formal e acúmulo de capital humano, menores são as chances de participação no mercado de trabalho e, portanto, menor a capacidade de auferir renda. Assim, todo o mecanismo de geração de renda das famílias e, por consequência, sua capacidade de escapar da “armadilha da pobreza” é resultado de um complexo equilíbrio multidimensional.

Ainda assim, apesar da falta de consenso na literatura sobre qual a melhor métrica ou dimensões mais relevantes para se identificar a situação de pobreza, é indiscutível que ela é, em essência, um problema social que afeta todas nações indistintamente, levando a população vulnerável a situações de insegurança alimentar, subnutrição, mortes prematuras, discriminação social, aumento da violência, analfabetismo, baixa mobilidade intergeracional, entre outros obstáculos que impossibilitam o bem-estar e a saúde dos indivíduos (BELKISS; PAULI; DE OLIVEIRA, 2021).

Neste contexto, embora a pobreza (particularmente a relativa) seja um fenômeno global, ela é sobre-representada em sociedades em desenvolvimento, principalmente em países como o Brasil, onde o também elevado nível de desigualdade contribui para o histórico de pobreza renitente. De acordo com dados do World Bank (2022b), no início de 2020 aproximadamente 30% dos brasileiros viviam com até meio salário mínimo per capita (R\$ 499) e cerca de 8% sobreviviam com até R\$ 178 per capita, sendo estes últimos considerados extremamente pobres.

Além das privações na dimensão renda, o pobre no Brasil também enfrenta restrições nas demais dimensões não monetárias. Aproximadamente 37% dos domicílios identificados como pobres são privados em pelo menos um dos serviços básicos (energia elétrica, condições para cozinhar, saneamento e distribuição de água), 87% residem em domicílios em que o chefe de família não possui plano de saúde, 73% habitam domicílios chefiados por alguém que não concluiu o ensino fundamental, cerca de 33% estão desempregados e dentre os ocupados 76% atuam no setor informal (WORLD BANK, 2022b).

Ademais, apesar das diversas privações enfrentadas pela população vulnerável é importante destacar que a pobreza não afeta os indivíduos de forma homogênea. Existem grupos populacionais que são historicamente mais vulneráveis. Segundo estimativas do World Bank (2022b) com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, no Brasil, aproximadamente 53% das famílias pobres são chefiadas por mulheres, 74% dos domicílios identificados como pobres possuem como chefe de família uma pessoa negra ou parda e mais de metade dos domicílios situados em área rurais enfrentam severas privações com respeito a condições de moradia e serviços básicos. Além disso, a incidência de pobreza se mostra profundamente correlacionada com as fronteiras geográficas, cerca de 64% da população pobre reside nas regiões Norte e Nordeste do país.

Tais dados confirmam a diversidade de formas com que a pobreza afeta os indivíduos, seja pela falta de acesso a infraestrutura e serviços básicos, falta de

acesso à educação e saúde de qualidade ou insuficiência de renda. E, embora o estudo da pobreza multidimensional seja amplamente propagado é possível observar certa resistência na literatura em combinar, em uma mesma análise, as dimensões não monetárias como educação, saúde ou padrão de vida, com a dimensão monetária, que inclui o nível de rendimentos das famílias.

O estudo da pobreza multidimensional tem como alicerce a teoria da pobreza e desenvolvimento humano de Amartya Sen. A partir de seus estudos surgem as primeiras reflexões sobre o uso da qualidade de vida dos indivíduos como indicador de pobreza. A abordagem de Sen, de utilizar dimensões que representem a qualidade de vida (educação, saúde e padrão de vida) das famílias com indicador de pobreza não exclui a perspectiva da renda. Pelo contrário, de acordo com Sen (2010) a renda é um fator que auxilia o acesso das famílias em diversos campos da economia, de modo que a combinação da perspectiva monetária com as demais dimensões da vida da população traz maior efetividade na análise da pobreza e na concepção de mecanismos para combatê-la (SEN, 2010).

Nesse contexto, diante da preocupação global com a erradicação da pobreza, do entendimento de que ela é um fenômeno multidimensional e se valendo da flexibilidade do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), este estudo oferece um relato sobre a evolução dos indicadores de pobreza e perfis de maior vulnerabilidade no Brasil, entre o período de 2016 a 2022, tendo como base uma combinação entre a perspectiva multidimensional e a abordagem monetária. O estudo avalia a evolução da pobreza em todas as regiões do país e entre diferentes perfis populacionais, contribuindo para o debate sobre os indicadores de pobreza e bem-estar e fornecendo maiores recursos para auxiliar no planejamento de políticas públicas de combate à pobreza. Este tipo de análise é particularmente importante, principalmente para o Brasil, uma vez que o país tem um histórico renitente de pobreza e as elevadas taxas de desigualdade podem significar que o crescimento ignora a população pobre em distintas dimensões.

Quanto à sua estrutura, este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são apresentadas as definições sobre o conceito de pobreza multidimensional, tendo como alicerce a ótica das capacidades básicas insatisfeitas de Amartya Sen. A segunda seção aborda a evolução dos métodos de operacionalização e identificação da pobreza multidimensional, além de explorar como a literatura tem aplicado o método do IPM. A terceira seção descreve a estratégia empírica adotada, assim como a base de dados utilizada. Por fim, a última seção discute os resultados obtidos sobre a evolução dos indicadores de pobreza multidimensional e os perfis de maior vulnerabilidade no Brasil.

## 2 POBREZA MULTIDIMENSIONAL, IPM E SUA APLICAÇÃO NA LITERATURA

O estudo da pobreza multidimensional tem como alicerce as abordagens de Amartya Sen, onde a pobreza é percebida como ausência de acesso a recursos e oportunidades que permitam aos mais vulneráveis sair da condição de pobreza para a situação de liberdade e bem-estar. O olhar sobre as consequências da pobreza para a sociedade dá lugar ao estudo de suas causas e como combatê-las. Neste sentido,



é possível identificar que a teoria da pobreza e desenvolvimento humano de Sen tem como pilares dois conceitos relacionados entre si. O primeiro diz respeito às necessidades básicas de cada indivíduo, condições de saúde, educação, acesso ao mercado de trabalho, infraestrutura, serviços básicos de moradia entre outros recursos essenciais para uma vida saudável e que garantam o bem-estar da população. O segundo conceito respalda na capacidade que os indivíduos têm de exercer sua liberdade de escolha, abordando questões mais complexas e de difícil mensuração como o sentimento de felicidade, autoestima e se sentir como parte integrante da sociedade (SEN, 1993; SEN, 2010; BELKISS; PAULI; DE OLIVEIRA, 2021).

Assim, com base na teoria de Sen e na evolução dos estudos sobre pobreza, o conceito de pobreza multidimensional ganha forma, buscando detectar as diversas privações que afigem os mais vulneráveis. Cabe destacar, que apesar do avanço na identificação das dimensões que compõem a pobreza multidimensional, a pobreza monetária não perde sua relevância, sendo as duas estruturalmente interligadas e sua combinação trazendo maior efetividade na análise da pobreza.

O avanço na literatura também ampliou a gama de definições de pobreza. De acordo com Hagenaars e De Vos (1988), existem três categorias gerais das quais qualquer definição de pobreza pode se enquadrar. A primeira categoria é a pobreza absoluta, que está relacionada à condição de miséria, onde os indivíduos não são capazes de suprir suas necessidades mínimas de sobrevivência. Geralmente, a percepção dessa categoria de pobreza está associada a uma linha de pobreza previamente estabelecida como é o caso da linha de pobreza do Banco Mundial, utilizada em comparações entre países e para medir o progresso de metas globais. A segunda categoria é a pobreza relativa, onde neste caso a pobreza é definida pela situação em que os indivíduos vivem em condições inferiores em relação à sociedade a qual pertencem. Por fim, tem-se a pobreza subjetiva, que é definida pelo próprio indivíduo e sua percepção em relação a pobreza e condições de vida. Essa categoria pode ser associada à pobreza de capacidades de Sen, abordando questões intangíveis como o sentimento que os indivíduos têm em relação à sua liberdade de escolha.

Além do conjunto de definições, duas outras noções são importantes no estudo da pobreza. Segundo Bolch *et al.* (2022), a pobreza pode ser caracterizada como transitória ou crônica. A pobreza transitória é associada às flutuações de renda que ocorrem no curto prazo, de modo que algum nível de pobreza transitória sempre esteja presente. Já a pobreza crônica é aquela que está enraizada, de difícil erradicação, e que persiste ao longo do tempo. Ademais, de acordo com os autores, a pobreza crônica pode ser associada à multidimensionalidade da pobreza, uma vez que a pobreza multidimensional reproduz certas condições que impedem os indivíduos de saírem estruturalmente da pobreza. Assim, famílias identificadas como multidimensionalmente pobres, tanto em nível de renda quanto em outras dimensões da pobreza, apresentam maior probabilidade de permanecer na pobreza ao longo do tempo (pobreza crônica) do que famílias que são pobres apenas em renda e não em outras dimensões. Esse argumento fornece outro ponto a favor do estudo multidimensional da pobreza e da relevância de se analisar a pobreza de renda e de outras fontes de forma agregada.

Quanto às formas de mensuração e identificação da pobreza, o método mais utilizado para estimar a pobreza a nível multidimensional, sendo atualmente a medida oficial de pobreza utilizada pelo PNUD e outros órgãos multilaterais, tem sido o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), elaborado e otimizado por Alkire e Foster (2011) e Alkire e Santos (2010) com base no conceito das capacidades básicas insatisfeitas de Amartya Sen.

O IPM é um método robusto e consistente que permite mensurar tanto a proporção de multidimensionalmente pobres (incidência de pobreza) quanto a média ponderada das privações enfrentadas pela população identificada como pobre (intensidade da pobreza). Ademais, como asseveram Fahel, Teles e Caminhas (2016), o IPM também possui outras propriedades que são desejáveis em um índice de pobreza. Dada sua flexibilidade, o IPM pode ser desagregado por unidades espaciais (cidades, estados e áreas urbanas e rurais), além de permitir a decomposição da pobreza por contribuição relativa de cada dimensão ou indicador utilizado, de modo que a pobreza possa ser analisada tanto de forma agregada quanto individualmente. Assim, o IPM é um método que se adapta aos diferentes contextos e características de cada país, permitindo a elaboração de um índice que auxilie na identificação das múltiplas privações enfrentadas pela população e na formulação de políticas públicas (ALKIRE *et al.*, 2022).

Nesse sentido, dada sua facilidade em incorporar diferentes dimensões e se adaptar aos mais variados contextos e culturas, o IPM tem sido utilizado em diversos estudos ao redor do globo. Shen e Li (2022) utilizam o IPM para analisar a pobreza multidimensional de famílias que habitam as áreas rurais da China. Os autores identificam uma incidência de pobreza multidimensional de aproximadamente 25% entre os domicílios rurais, sendo que dentre as dimensões analisadas, a educação dos adultos, saúde e doenças crônicas são os indicadores que mais contribuem para a pobreza multidimensional na região.

Por outro lado, Trani *et al.* (2022) estudam a relação entre pobreza multidimensional e o declínio geral das habilidades mentais (demência) entre adultos com 50 anos ou mais residentes na África do Sul. Para analisar tal relação os autores fazem uso de 7 dimensões (saúde, padrões de vida, atividade econômica, educação, participação social, tratamento justo e bem-estar psicológico), das quais os indicadores de saúde, educação e emprego foram os que mais contribuíram para a taxa de incidência de pobreza multidimensional. Ademais, a pobreza multidimensional se mostrou fortemente correlacionada com as variáveis de declínio geral das habilidades mentais, principalmente em mulheres mais velhas.

No Brasil, Fahel, Teles e Caminhas (2016) analisam os indicadores sociais e de pobreza multidimensional tendo como base as dimensões de educação, saúde e padrão de vida. Os autores destacam as transformações ocorridas entre 2002 e 2013, demonstrando que em 2002 a população multidimensionalmente pobre era privada em aproximadamente 43% dos indicadores analisados. Esse valor havia se reduzido para 38% em 2013. Dentre as dimensões investigadas, a educação foi a que apresentou a maior contribuição para pobreza multidimensional, principalmente pelo indicador de Anos de Escolaridade que detinha uma participação relativa de 40% do total de indicadores.

Batista, Costa e Neves (2022) avaliam a evolução da pobreza multidimensional no Brasil entre 2004 e 2015, com foco na desagregação por gênero. O estudo considerou quatro dimensões principais: educação, emprego, renda e padrões de vida. Os resultados mostraram que, no período analisado, as mulheres enfrentavam maiores proporções de pobreza em comparação aos homens. Além disso, os autores destacam que mulheres submetidas à dupla discriminação, como mulheres negras ou residentes em áreas rurais, sofriam formas ainda mais intensas de privação. Por fim, a pesquisa apontou que as dimensões de emprego e renda foram as principais responsáveis por impulsionar a pobreza multidimensional no Brasil.

Embora o uso do IPM seja amplamente difundido na análise multidimensional da pobreza, poucos estudos exploram sua aplicação de forma desagregada, considerando simultaneamente características como raça, gênero e situação do domicílio. Este trabalho avança também ao incorporar a abordagem de diferentes faixas de pobreza, avaliando no contexto multidimensional não somente a proporção de pobres mas também os extremamente pobres e a população que se encontra em situação de vulnerabilidade, um enfoque pouco explorado na literatura. Além disso, a atualização dos dados e a comparação com estudos anteriores permitem compreender a evolução da pobreza no país, oferecendo uma visão mais completa e detalhada que contribui para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

### **3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA**

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, qual seja, mensurar e analisar os indicadores de pobreza multidimensional e os perfis de maior vulnerabilidade no Brasil, a estratégia empírica adotada será por meio da construção e análise do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Existem várias abordagens para calcular o IPM, como o Método das Funções de Bem-Estar ou o Método das Regiões em Desvantagem, neste estudo será utilizado o método Alkire-Foster (AF), baseado em Alkire e Foster (2011) e adaptado ao contexto brasileiro com base em Fahel e Teles (2016). A escolha do método é justificada por sua versatilidade e por ser amplamente utilizada na literatura, o que facilita comparações com os demais estudos.

O método AF é uma abordagem simples e intuitiva que pode ser sintetizada em três etapas. A primeira etapa consiste na seleção das dimensões e indicadores. Assim, o primeiro passo é identificar as dimensões relevantes que serão consideradas no cálculo do IPM e, para cada dimensão selecionada, são escolhidos indicadores específicos que melhor representam a privação nessa dimensão. Neste estudo, a escolha das dimensões e indicadores é baseada no IPM global, entretanto, com o intuito de adequar o índice às características específicas do nível de privação enfrentado pela população brasileira, bem como às variáveis disponíveis no banco de dados (PNAD Contínua), são realizados ajustes significativos, incluindo a incorporação de *proxies*. Essas adaptações visam aprimorar a precisão e a relevância do índice ao contexto socioeconômico do país. Ademais, além das tradicionais dimensões que compõem o IPM global (saúde, educação e padrão de vida) adiciona-se a dimensão recursos econômicos. Essa nova dimensão visa refletir a capacidade econômica e o nível de renda dos indivíduos, com o propósito de analisar de forma



abrangente a pobreza de renda e outras fontes de privação, uma contribuição deste estudo. Com essa adição, busca-se uma visão mais completa da situação socioeconômica das pessoas afetadas, contemplando diferentes aspectos que influenciam sua qualidade de vida.

Quanto aos indicadores, as principais diferenças em relação ao IPM global estão na inclusão do indicador acesso à informação, adicionado à dimensão padrão de vida, e nos indicadores que compõem a dimensão saúde. A adição do indicador acesso à informação visa analisar a questão da assimetria de informação e das baixas oportunidades de desenvolvimento. De acordo com Shen e Li (2022), a assimetria de informação aumenta o custo irrecuperável, custo de oportunidade e custo de tentativa e erro, elevando a probabilidade de cair na pobreza multidimensional. Assim, o acesso à informação permite que os indivíduos tenham maiores oportunidades de emprego, educação, assistência médica e recursos públicos.

No que dizem respeito aos indicadores que refletem a dimensão saúde, diferente dos indicadores utilizados no IPM global (nutrição e mortalidade infantil), a condição de saúde aqui é interpretada como barreira à participação no mercado de trabalho (saúde ocupacional). Os agregados familiares pobres estão muitas vezes envolvidos em trabalhos intensivos em mão-de-obra e em ambientes precários, o que pode prejudicar seu estado de saúde, tanto físico quanto mental. Assim, a experiência de crises de vida causadas por doenças graves e crônicas cria obstáculos significativos para a participação no mercado de trabalho, sendo este mais um fator que contribui para a reprodução da pobreza multidimensional.

A próxima etapa do desenvolvimento do IPM consiste na identificação dos indivíduos em situação de pobreza. Durante essa etapa, são atribuídos pesos a cada indicador em relação às suas dimensões correspondentes, além de serem aplicados dois cortes de pobreza (um para os indicadores e outro para o limiar de pobreza). O primeiro corte é executado individualmente em cada indicador, determinando se o indivíduo é privado ou não nesse indicador específico. Após a identificação do status de privação em cada indicador, cada indivíduo recebe uma pontuação de privação com base em suas privações nos indicadores. Formalmente:

$$c_i = w_1 I_1 + w_2 I_2 + \cdots + w_j I_j \quad (1)$$

Onde  $c_i$  representa o escore de privação de cada indivíduo  $i$ ,  $w_j$  é o peso atribuído a cada indicador  $j$  e  $I_j = 1$  se o indivíduo é privado no indicador  $j$  e  $I_j = 0$  caso contrário. Ademais, neste artigo, cada indicador é igualmente ponderado dentro de cada dimensão e cada dimensão igualmente ponderada dentre o total de dimensões. As dimensões, cortes de privação, indicadores e respectivos pesos são apresentados na tabela 1.

O segundo corte é utilizado para identificar os indivíduos multidimensionalmente pobres. Durante esta etapa do processo é estabelecido um limiar de pobreza, que representa o nível de privações ponderadas que um indivíduo deve ter para ser considerado pobre. Esse limiar é denotado por  $k$ . Portanto, um indivíduo é classificado como multidimensionalmente pobre se seu escore de privação for igual ou superior ao limite de pobreza, ou seja, se  $c_i \geq k$ . Dessa forma, aos

indivíduos identificados como pobres é atribuído o valor 1 enquanto os não pobres são substituídos por 0.

Neste estudo são aplicados três limites de pobreza, conforme o estabelecido no IPM global. O primeiro limite de pobreza identifica como multidimensionalmente pobres os indivíduos que forem privados em pelo menos 33,33% dos indicadores ponderados. Já o segundo limite identifica o grupo de indivíduos extremamente pobres, neste caso os indivíduos são privados em 50% ou mais dos indicadores. Por fim, o terceiro limite identifica os indivíduos vulneráveis a pobreza, estes são considerados vulneráveis se seu escore de privação for maior que 20% e menor que 33,33%.

A última etapa do processo consiste na agregação. Assim, para calcular o IPM é necessária a combinação de dois componentes, a incidência de pobreza e sua intensidade. A incidência de pobreza representa a proporção de indivíduos identificados como multidimensionalmente pobres e é dada por:

$$H = \frac{q}{n} \quad (2)$$

Onde  $q$  representa o total de indivíduos que são privados em  $k$  ou mais indicadores e  $n$  é o total da população. Por outro lado, a intensidade da pobreza representa a média ponderada das privações enfrentadas pelos indivíduos já identificados como pobres e pode ser calculada por:

$$A = \frac{\sum_{i=1}^q c_i(k)}{q} \quad (3)$$

Onde  $c_i$  representa o escore de privação de cada indivíduo  $i$ , e  $q$  é o total de indivíduos multidimensionalmente pobres. Por fim, o IPM é resultado do produto dos dois componentes, a proporção de pobres e a intensidade da pobreza:

$$IPM = H \times A \quad (4)$$

O valor do IPM varia entre 0 e 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior incidência e intensidade da pobreza. Ademais, como asseveram Fahel e Teles (2016), dado que a pobreza é avaliada para cada pessoa individualmente e, na sequência, ocorre a agregação, é possível desagregar o IPM tanto por contribuição relativa de cada dimensão ou indicador para a pobreza geral quanto por localização (cidades, estados e áreas urbanas e rurais).

**Tabela 1- Dimensões, indicadores, cortes de privação e pesos**

Dimensão	Indicador	Privado se...	Peso
Padrão de vida	Habitação	Domicílio possui materiais de habitação inadequados em qualquer um dos três componentes: piso, paredes ou teto	1/32
	Energia elétrica	Domicílio não possui acesso à energia elétrica	1/32
	Água	Não possui água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio	1/32

	Saneamento	Não possui banheiro no domicílio; possui, mas não está conectado à rede geral de esgoto; ou faz uso de instalações sanitárias compartilhadas com outros domicílios	1/32
	Combustível para cozinhar	Utiliza lenha ou carvão no preparo de alimentos	1/32
	Descarte de lixo	Não possui tratamento adequado do lixo	1/32
	Ativos	O agregado familiar possui dois ou menos dos seguintes bens: geladeira, máquina de lavar roupa, televisão, celular, computador	1/32
	Acesso à informação	Nenhum morador do domicílio possui acesso à internet	1/32
Educação	Analfabetismo	Um ou mais membros do agregado familiar com 17 ou mais anos de idade não sabe ler nem escrever	1/12
	Anos de escolaridade	Nenhum membro do agregado familiar completou o ensino fundamental (nove anos de escolaridade)	1/12
	Frequência escolar	Qualquer criança em idade escolar (entre os 6 e os 17 anos) não frequenta a escola	1/12
Saúde	Desemprego por saúde	Estar desempregado e não ter tomado providência para conseguir trabalho por problemas de saúde ou gravidez	1/8
	Afastamento por saúde	Estar afastado do trabalho, sem ser remunerado, por motivos de doença, acidente ou gestação	1/8
Recursos econômicos	Renda domiciliar per capita	Renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$ 606*) <sup>1</sup>	1/4

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Alkire *et al.* (2022).

Nota:

<sup>1</sup> O corte de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (R\$ 606\*) foi baseado na linha de pobreza administrativa do Cadastro Único.

\* Valores de 2022.

### 3.1 BASE DE DADOS

A base de dados utilizada neste estudo provém dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD contínua), sendo o período analisado de 2016 a 2022. Entretanto, os anos de 2020 e 2021 não foram contemplados na análise, dada a limitação da base de dados. As medidas de distanciamento social adotadas durante a pandemia do Covid-19 impossibilitaram a coleta de dados de forma convencional pelos institutos de pesquisa, assim, dados sobre as condições da habitação, como acesso a distribuição de água, energia elétrica entre outros serviços de infraestrutura básica essenciais para a análise da pobreza a nível multidimensional ficaram de fora das bases de dados de 2020 e 2021. O cálculo do IPM foi realizado sobre as cinco macrorregiões brasileiras e decomposto por unidades da federação e regiões urbanas e rurais. Ademais, para que a amostra seja representativa da população, todos os cálculos realizados levam em consideração os fatores de expansão (peso e estratos amostrais) fornecidos pelo IBGE e as unidades de medidas monetárias foram uniformizadas de acordo com INPC, tendo como ano de referência 2022.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta deste estudo é avaliar a evolução dos indicadores de pobreza e identificar os perfis de maior vulnerabilidade no Brasil. Para isso, a análise foi conduzida inicialmente de forma agregada, observando as tendências nacionais dos principais indicadores de pobreza e, em seguida, detalhando a análise por macrorregiões, unidades da federação e características demográficas da população (gênero, raça e situação do domicílio). Este enfoque permite uma compreensão mais profunda das desigualdades e da dinâmica da pobreza no país, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

**Tabela 2 – Incidência e intensidade da pobreza, IPM, pobreza extrema e vulneráveis à pobreza, em %, no Brasil, 2016-2022**

Ano	Incidência (H)	Intensidade (A)	IPM	Pobreza extrema	Vulneráveis
2016	20,08	42,45	8,52	3,22	17,49
2017	17,68	42,18	7,46	2,69	17,59
2018	16,52	41,88	6,92	2,34	17,38
2019	16,56	41,96	6,95	2,42	17,04
2022	14,87	41,31	6,14	1,91	17,29

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2016-2022.

A Tabela 2 apresenta a evolução dos indicadores de pobreza no Brasil entre os anos de 2016 e 2022. A incidência da pobreza, que mede a proporção de pessoas multidimensionalmente pobres, apresentou uma tendência decrescente ao longo do período analisado, registrando uma redução de 5,21 p.p na proporção de pobres entre 2016 e 2022. Apesar da ausência de dados em 2020 e 2021, esses anos correspondem à crise sanitária da COVID-19, um período extremamente desafiador que trouxe profundas consequências econômicas e sociais em todo o mundo, incluindo no Brasil. Muitos setores econômicos foram gravemente afetados, resultando em perda de empregos, redução de renda e aumento da insegurança alimentar. Entretanto, mesmo que por hipótese a pobreza multidimensional possa ter aumentado nesse período devido ao impacto da pandemia, a queda contínua da proporção de pobres e possível recuperação dos efeitos da pandemia em 2022, observadas na Tabela 2, podem indicar, de modo geral, uma melhora nas condições socioeconômicas do país, possivelmente influenciadas pelas políticas públicas de assistência social e crescimento econômico, e pelas medidas adotadas para mitigar os efeitos da pandemia.

Por sua vez, a intensidade, que avalia o quanto profundo é o grau de pobreza, mostrou-se relativamente estável, com uma leve tendência de redução. Ao longo do período, observa-se que os indivíduos identificados como multidimensionalmente pobres eram, em média, privados em 42% dos indicadores analisados. Essa estabilidade sugere que, embora a proporção de pobres tenha diminuído, a situação dos que permanecem na condição de pobreza não melhorou de forma significativa. Todavia esta situação não é recente, Fahel, Teles e Caminhas (2016), Silva *et. al.* (2020) e Batista, Costa e Neves (2022) encontram valores próximos de intensidade

de pobreza (em torno de 40%) para séries históricas desde 2002, mostrando que mesmo que a incidência de pobreza diminua, sua intensidade permanece constante no tempo, tal fato demonstra que o grau de severidade pode ser visto como um problema crônico no histórico de pobreza do Brasil.

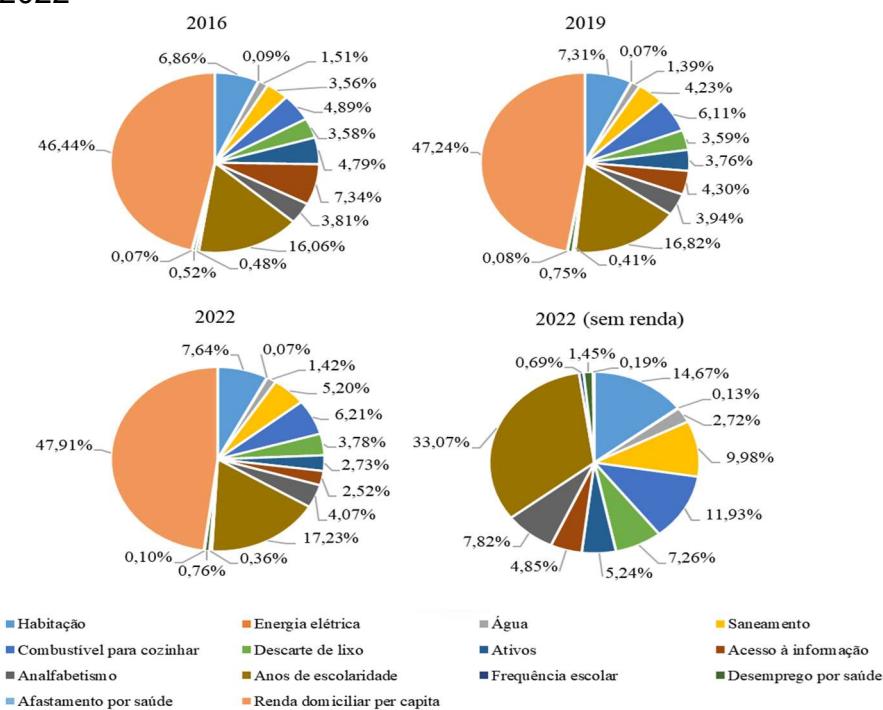
Entre a população abaixo da linha da pobreza, pode-se observar um subgrupo em pobreza extrema. Este apresentou uma redução significativa na série, indicando que as políticas voltadas para os mais desfavorecidos podem estar surtindo efeito. Entretanto, em 2022 ainda existiam 1,91% de indivíduos em extrema pobreza, em termos absolutos são mais de 4 milhões de pessoas que sofrem privações em mais de 50% dos indicadores. Quanto à proporção de indivíduos vulneráveis à pobreza, esta permaneceu relativamente constante ao longo do período, variando em torno de 17%. Isso sugere que parte significativa da população ainda se encontra em situação precária, suscetível a cair na pobreza em caso de choques econômicos ou outras adversidades. Ademais, a constância da proporção de vulneráveis reforça a hipótese de que a população que escapa da pobreza multidimensional migra para a situação de vulnerabilidade à pobreza.

Por fim, o IPM, que representa a proporção de multidimensionalmente pobres ajustada pela intensidade, apresentou uma tendência de redução. Em 2016, o IPM era de 8,52%, caindo para 6,14% em 2022. Tal redução da proporção de pobres multidimensionais, observada entre 2016 e 2022, é explicada principalmente pela queda nas proporções de privação dos indicadores de acesso à informação (29,95% da população era privada neste indicador em 2016, passando para 7,68% em 2022), ativos (proporção de privação de 18,70% em 2016 e 9,06% em 2022), anos de escolaridade (proporção de privação de 34,86% em 2016 e 29,90% em 2022) e renda domiciliar per capita (proporção de privação de 31,79% em 2016 e 26,86% em 2022). Para uma análise desagregada do IPM pode-se observar na figura 1 a contribuição relativa de cada indicador.

A desagregação do IPM representa a participação que cada indicador tem na pobreza. Por meio dela, pode-se observar a evolução da composição da pobreza no Brasil, bem como identificar os indicadores que contribuem com maior intensidade para a mesma. Sendo o indicador com maior participação relativa, a renda domiciliar per capita ocupa quase 50% da composição do IPM, evidenciando o tamanho desafio na capacidade das famílias de gerar renda. Estes resultados corroboram o observado por Batista, Costa e Neves (2022), que ao analisar a pobreza multidimensional no Brasil entre 2004 e 2015, identificam que as dimensões que mais impulsionavam a pobreza no país eram as de rendimento e emprego. Ainda, de acordo com Uhr *et al.* (2020), a falta de capacidade em gerar renda pode ser explicada pelo baixo acúmulo de capital humano, o que é diretamente influenciado pelas demais dimensões da pobreza, como acesso à educação e qualidade de vida que proporcionem maiores oportunidade de crescimento.

Nesse sentido, o gráfico que não inclui o indicador de renda na composição (Figura 1) explicita as demais necessidades dos mais pobres, mostrando que anos de escolaridade, condições da habitação, combustível para cozinhar e saneamento são outras necessidades elementares que afligem a população em situação de pobreza.

Figura 1 – Contribuição relativa dos indicadores para o IPM, no Brasil, 2016, 2019 e 2022



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2016-2022.

Os próximos resultados aprofundam a análise da pobreza no Brasil a nível de macrorregiões e Unidades da Federação. Assim, nas Tabelas 3 e 4 são apresentados os indicadores de pobreza e as proporções de privação de cada indicador por macrorregião do Brasil e, na Figura 2, é exposto um mapa da proporção de pobres multidimensionais por unidades da federação. Estes dados permitem uma compreensão mais detalhada das desigualdades regionais e das áreas específicas que requerem maior atenção para a formulação de políticas públicas.

Tabela 3 – Incidência e intensidade da pobreza, IPM, pobreza extrema e vulneráveis à pobreza, em %, por macrorregião no Brasil, 2022

Macrorregião	Incidência (H)	Intensidade (A)	IPM	Pobreza extrema	Vulneráveis
Norte	21,57	42,07	9,07	3,20	21,20
Nordeste	27,07	41,86	11,33	3,98	24,88
Centro-Oeste	5,45	38,58	2,10	0,25	12,35
Sudeste	6,22	39,01	2,43	0,36	13,09
Sul	4,38	38,53	1,69	0,18	8,68

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2022.

Os dados da Tabela 3 revelam que as regiões Norte e Nordeste têm as maiores taxas de incidência de pobreza multidimensional, com 21,57% e 27,07%, respectivamente. Em contraste, o Centro-Oeste, Sul e Sudeste exibem taxas significativamente menores, variando de 4,38% a 6,22%. Quanto à intensidade, as

diferenças entre as regiões são menos pronunciadas, com valores variando de 38,53% (Sul) a 42,07% (Norte). Isso sugere que, embora a incidência possa ser menor em algumas regiões, a severidade da pobreza é semelhante em todo o país.

O IPM, por sua vez, segue a mesma tendência dos demais indicadores, onde as regiões Norte e Nordeste apresentam valores para este índice aproximadamente cinco vezes superior ao observado nas demais macrorregiões. Já a análise sobre a pobreza extrema revela que a pobreza em sua forma mais severa é predominantemente concentrada nas regiões Norte e Nordeste, uma vez que nas demais regiões este indicador é inferior a 0,40%. Por fim, a vulnerabilidade, que engloba aqueles em risco de cair em situação de pobreza devido a eventos adversos, se mostrou presente em todo o território nacional, sendo mais elevada no Nordeste, com 24,88%, e mais baixa no Sul, com 8,68%.

Tais resultados corroboram com o observado na literatura, demonstrando a sobre representatividade da pobreza nas regiões Norte e Nordeste do país. De acordo com Furtado (2020), a maior incidência de pobreza nestas regiões pode ser atribuída a uma série de fatores históricos, econômicos, sociais e geográficos. Dentre eles, a economia inicial destas regiões baseada em monoculturas, com desenvolvimento tardio comparado ao Sul e Sudeste, e com ciclos econômicos que não conseguiram gerar um desenvolvimento sustentável a longo prazo (como o ciclo da borracha no Norte) contribuíram de forma significativa para criar um ambiente propício a pobreza. Ademais, o Norte e o Nordeste têm historicamente recebido menores investimentos em infraestrutura, como portos, redes de energia e estradas, o que dificulta o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos. A industrialização, por sua vez, também foi menos intensa nestas regiões comparada ao Sul e Sudeste, resultando em uma economia menos diversificada e mais dependente de setores primários como agricultura e extrativismo, que são mais vulneráveis a variações climáticas e econômicas. Por fim, a geografia e condições climáticas adversas das duas regiões também impactam de forma significativa para a perpetuação da pobreza. O Norte com sua vasta área de floresta amazônica, e o Nordeste com o semiárido e as frequentes secas, apresentam desafios específicos para o desenvolvimento econômico e dificultam a agricultura e a subsistência.

Para uma maior compreensão das principais privações enfrentadas pela população em situação de pobreza, bem como das disparidades regionais observadas anteriormente, a Tabela 4 traz dados sobre a proporções de privação para cada indicador que compõem o IPM. Por meio desta, pode-se observar que cada dimensão é um componente essencial para a análise da pobreza de forma agregada.

**Tabela 4 – Proporções de privação por indicador de pobreza, em %, por macrorregião no Brasil, 2022**

Dimensões \ Regiões	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
Padrão de vida						
Habitação	35,91	39,75	23,52	32,56	21,08	32,41
Energia elétrica	0,80	0,32	0,05	0,04	0,08	0,19
Água	8,74	8,22	3,11	1,46	1,55	4,04
Saneamento	37,17	25,95	14,63	6,18	9,57	15,31

Combustível p/cozinhar	32,71	26,34	12,02	8,50	29,35	18,64
Descarte de lixo	18,41	15,89	5,58	2,78	4,99	8,18
Ativos	15,89	17,60	5,06	5,04	3,09	9,06
Acesso à informação	13,28	10,86	5,11	5,53	6,16	7,68
<b>Educação</b>						
Analfabetismo	6,61	12,01	4,04	3,21	3,10	5,84
Anos de escolaridade	32,62	37,98	26,92	25,14	29,62	29,90
Frequência escolar	4,13	3,36	3,49	2,56	2,85	3,07
<b>Saúde</b>						
Desemprego por saúde	11,48	10,78	17,47	18,08	23,61	14,62
Afastamento por saúde	14,09	11,23	8,74	8,76	8,02	9,52
<b>Recursos econômicos</b>						
Pobre por renda	36,94	43,24	14,37	16,33	10,24	26,86

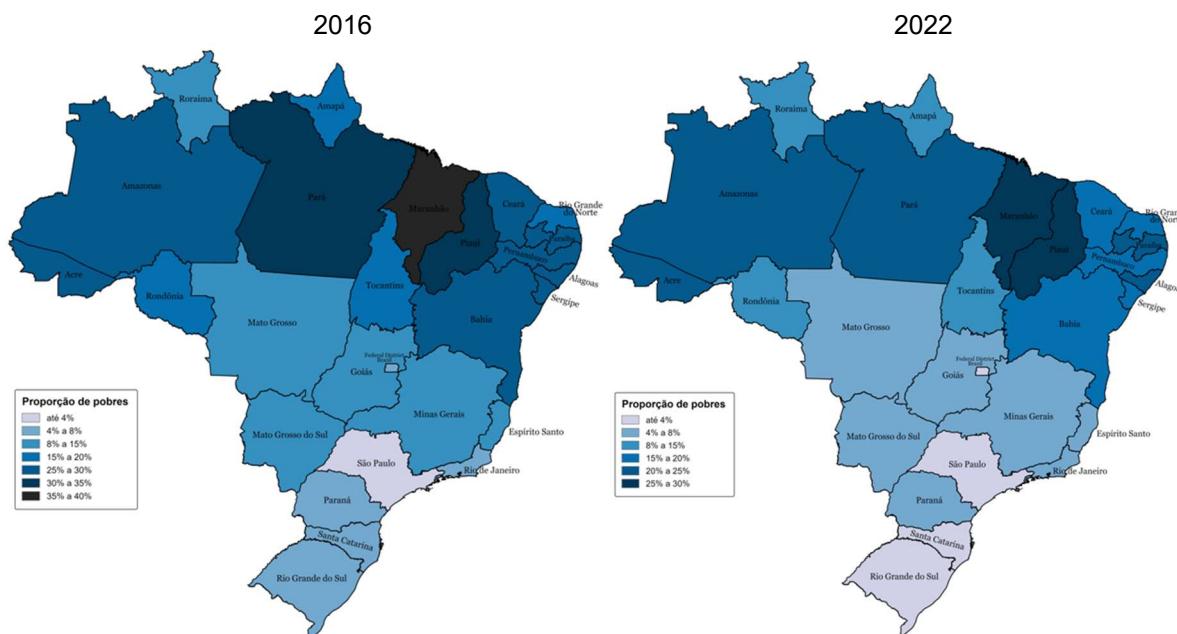
Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2022.

O próximo resultado apresenta a proporção de pobres multidimensionais desagregados por unidades da federação (Figura 3). Em 2022, os estados com maior incidência de pobreza multidimensional eram Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas e Alagoas, todos com proporções de pobreza superiores a 20%. Entre eles, o Maranhão destacava-se como o estado com maior proporção de pobreza multidimensional do Brasil, com 29,33%. Fahel, Teles e Caminhas (2016) também identificam Maranhão e Piauí como as maiores proporções de pobreza em 2013, demonstrando que o histórico de pobreza nesses estados é renitente. Em contrapartida, os estados com menor incidência de pobreza multidimensional foram Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, todos com incidência inferior a 5%. Santa Catarina apresentou a menor proporção, com apenas 2,5%.

Tais disparidades, mais uma vez, evidenciam as significativas diferenças regionais no Brasil. Estados como Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro se beneficiam de uma infraestrutura mais desenvolvida, maior nível de investimento e melhor desempenho econômico. Essas regiões têm maior acesso a serviços básicos, como educação, saúde e saneamento, o que contribui para a redução da pobreza multidimensional. Por outro lado, estados como Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas e Alagoas enfrentam desafios históricos e estruturais que perpetuam altos níveis de pobreza.

Quanto à evolução da pobreza entre 2016 e 2022, observa-se uma significativa redução da pobreza no Brasil como um todo, impulsionada principalmente pela melhora dos indicadores nos estados mais pobres. Maranhão, Pará, Alagoas, Pernambuco e Tocantins foram os estados que apresentaram a maior redução da proporção de pobres. O estado do Maranhão, embora ainda apresente uma elevada proporção de pobreza, foi o que mais evoluiu ao longo do período, com uma redução de mais de 10 p. p. Tal progresso pode ser atribuído principalmente às políticas públicas e programas de transferência de renda. No entanto, apesar dessas reduções, as taxas de pobreza ainda são altas, especialmente nos estados mais vulneráveis. Isso ressalta a necessidade contínua de esforços coordenados para melhorar as condições de vida e reduzir as desigualdades observadas.



**Figura 2 – Pobreza multidimensional por unidades da federação, Brasil, 2016 e 2022**


Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2016-2022.

Além das desigualdades regionais, a literatura sobre pobreza, especialmente quando analisada pela ótica monetária, evidencia certos grupos como mais vulneráveis à pobreza. Entre esses grupos, destacam-se as mulheres, negros e residentes de áreas rurais. Para compreender essa situação e verificar se a maior vulnerabilidade desses grupos se traduz a nível multidimensional, as Tabelas 5 e 6 fornecem informações detalhadas sobre os indicadores de pobreza com base em características da população, como gênero, raça e situação do domicílio.

**Tabela 5 – Incidência e intensidade da pobreza, IPM, pobreza extrema e vulneráveis à pobreza, em %, por gênero, raça e situação do domicílio, no Brasil, 2022**

Características	Incidência (H)	Intensidade (A)	IPM	Pobreza extrema	Vulneráveis
Homem	15,42	41,69	6,43	2,24	16,22
Mulher	14,35	40,92	5,87	1,60	17,46
Branco	7,54	40,11	3,02	0,67	12,12
Negro <sup>1</sup>	19,69	41,59	8,19	2,73	20,73
Urbano	7,39	38,85	2,87	0,44	15,90
Rural	35,37	42,71	15,11	5,94	21,09

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2022.

Nota:

<sup>1</sup> A categoria “negro” engloba todos os indivíduos auto identificados como pretos e pardos.

Quanto às diferenças de gênero, os indicadores de pobreza mostraram-se ligeiramente mais elevados para os homens, com exceção do indicador de vulnerabilidade que apresentou proporção maior para mulheres. Todavia, quando se observa os resultados da Tabela 6, verifica-se que as proporções de privação são

maiores para homens em todos os indicadores analisados, exceto para o indicador de renda. Tal resultado corrobora com o observado na literatura que analisa a pobreza exclusivamente pela ótica da renda, em que mulheres possuem menores níveis de rendimento e são mais suscetíveis a cair na pobreza em caso de choques econômicos ou outras adversidades. Entretanto, alerta para o fato de que quando se leva em consideração o contexto multidimensional, homens são tão vulneráveis à pobreza quanto as mulheres.

No que diz respeito às diferenças raciais, os indicadores de pobreza mostram-se consistentemente mais elevados para a população negra. A incidência de pobreza multidimensional entre os negros é quase três vezes maior do que entre os brancos, destacando uma desigualdade alarmante. Embora a intensidade da pobreza não varie de forma significativa entre os dois grupos, o IPM, a taxa de pobreza extrema e os níveis de vulnerabilidade são substancialmente mais altos entre os negros. A vulnerabilidade, em especial, apresentou a maior disparidade neste grupo, ultrapassando as diferenças registradas nas análises por gênero e situação do domicílio.

Tal disparidade reflete uma série de fatores estruturais e históricos que perpetuam a desigualdade racial no Brasil. Negros têm menores oportunidades de acesso à educação de qualidade, o que limita a perspectiva de emprego e renda no futuro. A discriminação racial resulta em menores salários e menos oportunidades de avanço profissional. Além disso, negros são mais propensos a viver em áreas com infraestrutura inadequada e menor acesso a serviços básicos como saneamento, água canalizada e energia elétrica. Na Tabela 6 nota-se que os negros apresentam maiores proporções de privação que os brancos em praticamente todos os indicadores analisados, principalmente nos indicadores de saneamento, descarte de lixo, ativos, renda, anos de escolaridade e condições da habitação.

**Tabela 6 – Proporções de privação por indicador de pobreza, em %, por gênero, raça e situação do domicílio, no Brasil, 2022**

Dimensões População	Gênero		Raça		Situação do domicílio	
	Homem	Mulher	Branco	Negro <sup>1</sup>	Urbana	Rural
<b>Padrão de vida</b>						
Habitação	32,55	32,28	28,25	35,51	30,22	46,87
Energia elétrica	0,22	0,16	0,09	0,26	0,08	0,88
Água	4,23	3,85	2,31	5,35	1,93	18,01
Saneamento	15,93	14,71	9,89	19,50	9,67	52,58
Combustível p/cozinhar	19,44	17,88	15,22	21,34	11,32	67,08
Descarte de lixo	8,86	7,53	5,12	10,55	0,71	57,61
Ativos	9,75	8,40	4,69	12,42	6,37	26,87
Acesso à informação	8,08	7,30	5,68	9,21	5,63	21,28
<b>Educação</b>						
Analfabetismo	6,09	5,60	3,47	7,70	4,41	15,63
Anos de escolaridade	31,21	28,68	24,56	34,19	26,06	56,31
Frequência escolar	3,29	2,85	2,61	3,36	2,92	3,93
<b>Saúde</b>						



Desemprego por saúde	16,59	13,57	16,57	13,75	15,73	11,04
Afastamento por saúde	11,04	8,22	10,69	8,63	8,60	20,49
Recursos econômicos						
Pobre por renda	25,63	28,08	16,09	33,99	20,32	44,75

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2022.

Nota:

<sup>1</sup> A categoria “negro” engloba todos os indivíduos auto identificados como pretos e pardos.

Por fim, a categoria situação do domicílio revela a profunda desigualdade entre áreas urbanas e rurais. A incidência de pobreza nas áreas rurais é significativamente superior à das áreas urbanas, com mais de 35% dos moradores de áreas rurais sendo multidimensionalmente pobres, em comparação com os 7,39% das áreas urbanas. Diferente do que ocorre com as demais categorias (gênero e raça), a intensidade da pobreza também é mais pronunciada nas áreas rurais, demonstrando que, além da maior proporção, a pobreza é também mais severa nessas regiões. O IPM e a pobreza extrema apresentam valores elevados nas áreas rurais, refletindo a falta de acesso a serviços básicos e infraestrutura adequada, e a vulnerabilidade, embora seja a maior entre as categorias analisadas, não é tão desigual quanto a observada entre negros e brancos.

Adicionalmente, os resultados da Tabela 6 demonstram a gravidade das privações enfrentadas pelos moradores de áreas rurais. Entre estes, 46,87% habitam residências construídas com materiais inadequados, evidenciando a precariedade habitacional; 52,58% não têm sanitários conectados à rede geral de esgoto ou utilizam sanitários compartilhados, o que aumenta os riscos de doenças e contaminação ambiental; 57,61% não realiza o tratamento adequado do lixo, contribuindo para a proliferação de doenças e poluição; 67,08% faz uso de combustíveis rudimentares (carvão e lenha) no preparo dos alimentos e mais de 56% não concluiu o ensino fundamental, limitando suas oportunidades de emprego e perpetuando o ciclo de pobreza. Esses dados ressaltam a necessidade do fortalecimento das políticas públicas e investimentos direcionados para as áreas rurais, visando melhorar a infraestrutura, promover o acesso a serviços básicos e garantir oportunidades educacionais e econômicas. Ademais, a redução das desigualdades entre áreas urbanas e rurais é essencial para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável no país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a evolução da pobreza multidimensional no Brasil entre 2016 e 2022, utilizando a abordagem do IPM e microdados da PNAD Contínua. Os resultados apontam para uma redução na incidência e intensidade da pobreza, mas com fortes desigualdades regionais e demográficas.

As regiões Norte e Nordeste concentram as maiores privações, especialmente em educação, infraestrutura e renda, o que reforça a necessidade de políticas públicas integradas. Já as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam menores índices, embora ainda haja grupos vulneráveis. Em termos estaduais, Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas e Alagoas registram incidências superiores a 20%, enquanto Santa

Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ficam abaixo de 5%.

As desigualdades de gênero mostram homens mais privados em diversos indicadores, mas mulheres mais vulneráveis em renda. Racialmente, negros enfrentam privações muito superiores às dos brancos, com incidência de pobreza quase três vezes maior. Entre áreas urbanas e rurais, a disparidade é marcante: 35,37% da população rural é pobre multidimensionalmente, contra 7,39% da urbana, sobretudo por falta de infraestrutura e serviços básicos.

Em síntese, apesar dos avanços, persistem desigualdades estruturais que exigem políticas específicas. A elevada vulnerabilidade sugere que muitos que saem da pobreza permanecem em risco de retorno diante de choques econômicos ou adversidades.

## REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, p. 476-487, 2011.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. Working Paper, n. 38, **Universidade de Oxford/Human Development Initiative (OPHI)**, 2010.
- ALKIRE, S.; KANAGARATNAM, U.; SUPPA, N. The global Multidimensional Poverty Index (MPI) 2022 disaggregation results and methodological note (pp. 1–17). **Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)**, 2022.
- BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. Rio de Janeiro: **IPEA**, out. 2006. 40p. (Texto para Discussão, n. 1227).
- BATISTA, A. L., COSTA, L. V., & NEVES, M. D. C. R. Gender and the Multidimensional Poverty Index for Brazil, **ANPEC**, 2022.
- BELKISS, M.; PAULI, R. I. P.; DE OLIVEIRA, S. V. Pobreza multidimensional na pandemia do Covid-19: uma aplicação do método Alkire-Foster para o caso brasileiro. **ANPEC**, 2021.
- BLUNDELL, R.; LORRAINE D.; COSTAS M.; BARBARA S. "Human Capital Investment: The Returns from Education and Training to the Individual, the Firm, and the Economy." **Fiscal Studies** 20 (1): 1–23, 1999.
- BOLCH, K.; LOPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. "When Life Gives You Lemons": Using Cross-Sectional Surveys to Identify Chronic Poverty in the Absence of Panel Data. **Review of Income and Wealth**, 2022.
- DUARTE, N.; De S. Política Social: um estudo sobre educação e pobreza. 2012.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. PARA ALÉM DA RENDA. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1–21, 2016.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. **Companhia das Letras**, 2020.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, v. 23, n. 2, p. 211-221, Spring, 1988.

PASSOS, L.; MACHADO, D. C. Diferenciais salariais de gênero no Brasil: comparando os setores público e privado. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 26, p. e222607, 2022.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, **Companhia das Letras**, 2010.

SILVA, J. J. D.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B.; NASCIMENTO, D. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 138-160, 2020.

SHEN, Y.; LI, S. Eliminating poverty through development: The dynamic evolution of multidimensional poverty in rural China. **Economic and political studies**, v. 10, n. 1, p. 85-104, 2022.

TRANI, J. F.; MOODLEY, J.; MAW, M. T. T.; BABULAL, G. M. Association of multidimensional poverty with dementia in adults aged 50 years or older in South Africa. **JAMA network open**, 5(3), 2022.

UHR, J. G. Z.; PEREIRA, D. DE A.; PAULA, S. DA R.; FIALHO, M.; PASSOS, M. DE O. "Economic Growth Channels from Human Capital: A Dynamic Panel Analysis for Brazil." **Revista Brasileira De Economia** 74 (1), 2020.

WORLD BANK. **Fact Sheet: An Adjustment to Global Poverty Lines**. The World Bank, 2022a.

WORLD BANK. **Brazil Poverty and Equity Assessment: Looking Ahead of Two Crises**. World Bank, 2022b.